

A.I. N.º - 207104.0011/03-8
AUTUADO - MAXICOLOR FOTOGRAFIAS LTDA.
AUTUANTE - LUIZ GONZAGA ALVES DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0416-03/03

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. a) NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS. Os documentos não escriturados correspondem a operações de circulação de mercadorias efetuadas regularmente, sujeitas ao imposto; **b) NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS.** A entrada de mercadorias não registradas indica que o sujeito passivo, ao deixar de registrá-las, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não registradas. Infrações caracterizadas. **2. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/03, cobra ICMS no valor de R\$44.670,61, acrescido das multas de 50% e 70%, em virtude das seguintes infrações:

- 1 – “Deixou de recolher, no(s) prazo(s) regulamentar(es), ICMS referente as operações não escrituradas nos livros fiscais próprios” (apurado através das notas fiscais de saídas não registradas) – R\$11.564,88;
- 2 - “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas” – R\$23.541,73.
- 3 - “Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es) referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios” – R\$9.564,00;

O autuado apresenta impugnação às fls. 294 a 296, alegando, em relação à infração 1, que as notas fiscais em lide tiveram seus arquivos apagados por falha técnica do seu sistema. Informa que está buscando cópia de segurança do livro transcrito no período, visando comprovar a escrituração das referidas notas fiscais.

No que diz respeito à infração 2, afirma que diversas notas fiscais, emitidas pela empresa Fuji Photo Film do Brasil Ltda., foram escrituradas ou referiam-se a compras de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, alegando que sobre estas últimas o autuante calculou o imposto de forma indevida. Argumenta que outras notas fiscais relacionadas são referentes a aquisição de mercadorias, cuja saída posterior não há incidência do ICMS. Contesta, ainda, as Notas Fiscais de n.ºs 5676, 608, 19183, 1792, 496, 7655 e 500, dizendo que desconhece as suas origens, pois não as tem em seu acervo fiscal.

Quanto à infração 3, reconhece o cometimento da mesma.

O autuante, em informação fiscal (fls.302 a 304), diz, em relação à infração 1, que as notas fiscais em referência não estão registradas no livros fiscais próprios, e que, dessa forma, não foram incluídas no cálculo do débito do ICMS mensalmente apurado pela empresa.

No que diz respeito à infração 2, diz que de acordo com a cópia do livro Registro de Entradas (fls. 261 a 272), referente aos meses de setembro e outubro/00, verifica-se que não há o lançamento das Notas Fiscais n^{os} 15607, 8564, 26276, 15684, 8600, 17328 e 9801, emitidas pela Fuji Photo Film do Brasil Ltda., como alega o sujeito passivo em sua defesa. Considera as demais arguições do autuado, inválidas, em face da previsão contida na Lei (art. 2º, §3º, do RICMS/97), já que independentemente da destinação ou origem, tais documentos não foram registrados pela empresa.

Ao final, solicita a manutenção integral do Auto de Infração.

VOTO

Da análise do Auto de Infração e dos elementos constantes no PAF, chego as seguintes conclusões:

No que diz respeito à infração 3, o próprio autuado reconheceu o cometimento da infração, não havendo necessidade, portanto, de maiores considerações.

Quanto à infração 1, o autuado alegou que as notas fiscais em lide tiveram seus arquivos apagados por falha técnica do seu sistema, e disse que está buscando cópia de segurança do livro transcrito no período, visando comprovar a escrituração das referidas notas fiscais.

Todavia, como a escrita fiscal do autuado, que foi objeto da ação fiscal, não apresentava a escrituração das notas fiscais em questão, entendo que a presente exigência deve ser mantida, já que os documentos não escriturados correspondem a operações de circulação de mercadorias efetuadas regularmente, sujeitas ao imposto.

Ademais, o art. 141, do RPAF/99 determina que se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

Em relação à infração 2, o autuado afirmou que diversas notas fiscais, emitidas pela empresa Fuji Photo Film do Brasil Ltda., foram escrituradas ou referiam-se a compras de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária. Argumentou, ainda, que outras notas fiscais relacionadas são referentes a aquisição de mercadorias, cuja saída posterior não sofre incidência do ICMS, e que desconhece a origem das Notas Fiscais de n^{os} 5676, 608, 19183, 1792, 496, 7655 e 500.

No entanto, razão não assiste ao autuado, visto que de acordo com o que dispõe o art. 2º, §3º, do RICMS/97, presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar entradas de mercadorias ou bens não registrados, ou seja, independentemente da situação tributária das aquisições omitidas, existe a previsão legal de que o sujeito passivo, ao deixar de registrá-las, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações anteriores também não registradas.

Quanto às Notas Fiscais nos 15607, 8564, 26276, 15684, 8600, 17328 e 9801, emitidas pela Fuji Photo Film do Brasil Ltda., de acordo com a cópia do livro Registro de Entradas (fls. 261 a 272), referente aos meses de setembro e outubro/00, verifica-se que não há o lançamento dos referidos documentos fiscais.

Ainda no que diz respeito às notas fiscais que o autuado alegou desconhecer, vale ressaltar que as cópias das notas fiscais em questão, foram anexadas aos autos às fls. 214, 217, 227 e 229, sendo emitidas por empresas regularmente inscritas, destinadas ao autuado, e por serem contratos de fornecimento de mercadorias, são válidas como prova de circulação das mesmas e respectivo ingresso no estabelecimento destinatário, até que se prove o contrário.

O sujeito passivo não apresentou nenhum elemento que evidenciasse a falta de legalidade dos documentos fiscais em questão.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207104.0011/03-8**, lavrado contra **MAXICOLOR FOTOGRAFIAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$44.670,61**, sendo R\$35.106,61, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, previstas no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e R\$9.564,00, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I “a” da citada lei e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de outubro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA